

"Selo verde" permite identificar produtores que sujam a cadeia do gado no Pará

Para especialista, plataforma de transparência e governança pode ser escalada para toda a Amazônia em um ano e para todo o Brasil em dois anos — se houver vontade política

Por Nicole Gasparini, do Um Só Planeta

03/05/2021 09h00 · Atualizado há 3 semanas



Foto: Getty Images

O estado do Pará é um dos que mais emitem **gases de efeito estufa** no país. Não por acaso. A região é conhecida por ter o maior número de cabeças de gado por habitante — são 8 milhões de pessoas e 4 milhões de animais — e encabeça os rankings de **desmatamento da Amazônia** -- em **março respondeu por 35% do total**. Buscando mudar a imagem negativa, o **governo do Pará** lançou na semana passada o **Selo Verde**, que visa identificar produtores que sujam a cadeia do gado na região por violarem as leis.

"A plataforma pública e gratuita de transparência permite um diagnóstico automático da situação socioambiental dos imóveis agrícolas e o informa aos atores-chave da cadeia, como produtores rurais, frigoríferos e bancos. Apresentamos um cruzamento de dados que permite acabar com a assimetria de informações, mostrando não apenas a situação das fazendas no que diz respeito ao desmatamento e à proteção das APPs, mas ao trabalho escravo, respeito à terras indígenas e à situação de multas e de embargos, por exemplo", explica ao **Um Só Planeta** o professor Raoni Rajão, coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (LAGESA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), parceira do estado do Pará no projeto.

Saiba Mais

Aumento de CO2 pode ter grande impacto nas chuvas da Amazônia



Para retomar doações à Amazônia, Noruega exige redução no desmatamento



CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Trata-se da primeira plataforma de dados cruzados no país com foco no controle socioambiental de propriedades rurais, fruto de uma década de pesquisa e integração de informações do Ibama, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), do Inpe, entre outras entidades.

Além do LAGESA, a plataforma contou com o apoio do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR), também associado à UFMG, para realizar a coleta de dados. "Pesquisamos a relação entre a legalidade dos imóveis rurais e a produção agrícola. Aprimoramos as análises feitas sobre o novo Código Florestal, aprovado em 2012, e entendemos que não bastava fazer o diagnóstico, era necessário que isso se convertesse em ação, em inovação. Por isso, buscamos dar visibilidade para essa questão, garantindo que bancos, supermercados e frigoríferos possam entender e separar o legal do ilegal e valorizar quem está respeitando a legislação e poder remover quem suja a cadeia com desmatamento", reforça Rajão.

Dessa forma, tanto o produtor rural quanto grandes compradores poderão rastrear os dados da cadeia para saber a procedência dos animais. Por meio do Selo Verde, é possível saber se um produtor está revendendo gado de oriundos de propriedades que cometeram desmatamento ou outras ilegalidades. A plataforma faz uma análise automática de quase 250 mil imóveis no Pará.

Saiba Mais

Brasil 'terá que mostrar serviço' para receber financiamento para Amazônia



Por desmatamento, cidades da Amazônia lideram emissões de carbono

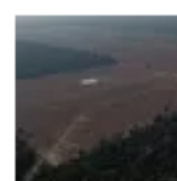


CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Para o secretário do Meio Ambiente do Pará, Mauro Almeida, o projeto é uma oportunidade de entender o que acontece no campo na área da pecuária e melhorar o contexto preocupante que o estado apresenta hoje. "É uma plataforma simples, ninguém precisa se cadastrar. Basta a pessoa interessada colocar o número do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do produtor de quem irá comprar o gado e terá todas as informações sobre o os impactos socioambientais daquela fazenda, mas respeitando a proteção de dados pessoais. É a transparência alinhada à proteção de dados", afirma.

Saiba Mais

Microsoft e Imazon vão usar IA para combater desmatamento na Amazônia



Segundo Raoni Rajão, é possível escalar essa tecnologia para todo o país. "Nós coletamos o dado, mas a ferramenta é do Estado do Pará, é um instrumento de política pública e cabe ao governo mantê-la no longo prazo. Nós já conversamos com outros estados, mas a expansão desse projeto ainda não foi confirmada. A possibilidade técnica existe, mas é necessário um posicionamento político para expandir a iniciativa", afirma.

"Seria viável escalar para a Amazônia toda em um ano e para todo o Brasil em dois anos. É uma oportunidade para o Brasil despontar no combate ao desmatamento e atrair o interesse nacional e internacional em garantir uma cadeia mais sustentável e limpa de carne", garante Rajão, lembrando que plataforma surge em meio às pressões internacionais por maior transparência do setor agropecuário e mais ações de combate ao desmatamento na Amazônia.